

**Associação Feminina de Educação
e Combate ao Câncer - AFECC –
Hospital Santa Rita de Cássia**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



Deloitte Touche Tohmatsu
Rua São Bento, 18 -
15º e 16º andares
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: + 55 (21) 3981-0500
Fax: + 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Associados da
AFECC - Hospital Santa Rita de Cássia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer – AFECC - Hospital Santa Rita de Cássia (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 10 de março de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

© 2024. Para mais informações, contate a Deloitte Global.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Deloitte.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Charles Mace de Aguiar
Charles Mace de Aguiar
Contador
CRC nº 1 RJ 109819/O-1

ASSOCIAÇÃO FEMININA DE EDUCAÇÃO E COMBATE AO CÂNCER - AFECC - HOSPITAL SANTA RITA DE CÁSSIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	60.903	97.065	Fornecedores		9.678	12.122
Aplicações financeiras	5.1	6.762	-	- Serviços médicos a pagar		6.615	3.562
Contas a receber de clientes	6	65.240	48.511	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	5.387	8.516
Estoques	7	9.243	8.999	Obrigações tributárias	12	1.135	853
Outros créditos a receber	8	2.865	6.623	Provisão de férias e encargos sociais	13	6.475	5.722
Despesas antecipadas		34	114	Empréstimos e financiamentos	14	5.561	4.726
Total do ativo circulante		<u>145.047</u>	<u>161.312</u>	Doações e subvenções recebidas a realizar	15	33.450	26.054
				Provisão para programa de desempenho de funcionários		3.605	-
NÃO CIRCULANTE				Outros passivos circulantes		<u>4.468</u>	<u>2.361</u>
Aplicações financeiras	5.2	110.826	-	Total do passivo circulante		<u>76.374</u>	<u>63.916</u>
Contas a receber em cobrança judicial	9	1.450	1.578				
Depósitos judiciais	16.4	5.036	-	NÃO CIRCULANTE			
Investimento em cotas de capital		24	21	Empréstimos e financiamentos	14	5.011	8.372
Imobilizado e intangível	10	<u>155.643</u>	<u>144.757</u>	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	4.947	-
Total do ativo não circulante		<u>272.979</u>	<u>146.356</u>	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	16.2	<u>2.230</u>	<u>896</u>
				Total do passivo não circulante		<u>12.188</u>	<u>9.268</u>
				TOTAL DO PASSIVO		<u>88.562</u>	<u>73.184</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio social	17.1	234.484	215.327
				Superávit acumulado		<u>94.980</u>	<u>19.157</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>329.464</u>	<u>234.484</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>418.026</u>	<u>307.668</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>418.026</u>	<u>307.668</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO FEMININA DE EDUCAÇÃO E COMBATE AO CÂNCER - AFECC - HOSPITAL SANTA RITA DE CÁSSIA

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Serviços - convênios diversos		162.171	139.822
Serviços - convênio SUS		103.285	79.835
Serviços - particulares		10.894	10.178
Doações/Subvenções		5.332	6.282
Receitas de trabalho voluntariado	25	90	68
		<u>281.772</u>	<u>236.185</u>
DOAÇÕES/RECUPERAÇÕES			
Provisões, glosas e cancelamentos		<u>(2.208)</u>	<u>(2.733)</u>
		(2.208)	(2.733)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
		<u>279.564</u>	<u>233.452</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas de pessoal	18	(75.435)	(69.129)
Despesas de serviços	19	(90.346)	(75.901)
Despesas de materiais	20	(67.874)	(64.238)
Despesas de trabalho voluntariado	25	(90)	(68)
Depreciação/amortização	10	(12.437)	(11.410)
Despesas de atividades beneficentes	21	(1.193)	(1.365)
Receita de venda de precatórios	1	56.289	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	<u>(9.754)</u>	<u>10</u>
		(200.840)	(222.101)
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
		<u>78.724</u>	<u>11.351</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	18.202	8.978
Despesas financeiras	21	(1.861)	(1.136)
Variação cambial, líquida	21	<u>(85)</u>	<u>(36)</u>
		16.256	7.806
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO			
		<u>94.980</u>	<u>19.157</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO FEMININA DE EDUCAÇÃO E COMBATE AO CÂNCER - AFECC - HOSPITAL SANTA RITA DE CÁSSIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	94.980	19.157
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>94.980</u>	<u>19.157</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO FEMININA DE EDUCAÇÃO E COMBATE AO CÂNCER - AFECC - HOSPITAL SANTA RITA DE CÁSSIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio social
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	215.327	-	215.327
Superávit do exercício	-	19.157	19.157
Incorporação do superávit ao patrimônio social	19.157	(19.157)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>234.484</u>	<u>-</u>	<u>234.484</u>
Superávit do exercício	-	94.980	94.980
Incorporação do superávit ao patrimônio social	94.980	(94.980)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u><u>329.464</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>329.464</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO FEMININA DE EDUCAÇÃO E COMBATE AO CÂNCER - AFEC - HOSPITAL SANTA RITA DE CÁSSIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		94.980	19.157
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação/amortização	10	12.436	11.142
Valor residual de ativo permanente baixado	10	104	-
Provisão para/(reversão de) perdas de créditos esperadas de contas a receber	6	4.288	(5.958)
Provisão para programa de desempenho de funcionários		3.605	-
Provisão para juros sobre empréstimos e financiamentos	14	1.368	-
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	16.2	1.334	247
Rendimentos de aplicações financeiras não realizadas		(15.174)	-
Redução (aumento) em ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(21.017)	(5.045)
Estoques		(244)	1.050
Outros créditos a receber		(685)	1.810
Despesas antecipadas		80	327
Contas a receber em cobrança judicial		128	(215)
Depósitos judiciais		(593)	-
Aumento (redução) em passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.444)	786
Serviços médicos a pagar		3.053	(960)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1.818	1.149
Obrigações tributárias		282	223
Provisão de férias e encargos sociais		753	-
Outras obrigações		2.107	(1.462)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		86.179	22.251
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos para aquisição de investimentos em cotas de capital		(3)	(3)
Aplicações financeiras	5	(102.414)	-
Pagamentos para aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	10	(23.426)	(25.441)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(125.843)	(25.444)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Doações e subvenções recebidas	15	7.396	5.922
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos (captações)	14	2.245	13.098
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	14	(4.771)	-
Amortização de juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	14	(1.368)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		3.502	19.020
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(36.162)	15.827
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	97.065	81.238
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	60.903	97.065
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(36.162)	15.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO FEMININA DE EDUCAÇÃO E COMBATE AO CÂNCER - AFECC - HOSPITAL SANTA RITA DE CÁSSIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer – AFECC (“Entidade”), é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, tendo como patrimônio o Hospital Santa Rita de Cássia (“HSRC”), fundado em 31 de março de 1970, com a finalidade de prestar assistências sociais, médicas e hospitalares aos portadores de câncer, desprovidos de recursos financeiros, dentro de modernos padrões técnico-científicos, bem como de desenvolver programas preventivos. A Entidade é sediada na Avenida Marechal Campos, nº 1.579, Santa Cecília – Vitória (ES).

A Entidade, fundada em 28 de abril de 1952, adquiriu personalidade jurídica em 14 de janeiro de 1969, conforme registro do seu ato constitutivo no livro A-6 sob o nº 1.259, do Cartório de Registro Civil das Pessoas Físicas e Jurídicas, da Comarca da Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, e é mantida por meio de contribuições anuais de 100 sócios, de ambos os sexos, além de doações de pessoas físicas e jurídicas.

O HSRC é mantido pela Entidade e, por definição, não visa lucro, sendo considerado uma Entidade de Utilidade Pública pelos Decretos Federais nº 73.481/1974, Decreto Estadual nº 697-E/1972, e Lei Municipal nº 2.093/1971, tendo por finalidade primordial cumprir o preceito determinado pela Entidade, que é o de prestar assistência à população, principalmente, na área oncológica, realizando inclusive, campanhas junto à comunidade, procurando orientá-la, instruí-la e propiciar o diagnóstico precoce do câncer, sendo considerado um hospital de referência na área geográfica de sua atuação.

No dia 30 de novembro de 2009, foi publicado no Diário Oficial da União a Lei Federal nº 12.101/2009 (Revogada), que dispõe sobre a “Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social e Regula os Procedimentos de Isenção de Contribuições para a Seguridade Social”.

Em 15 de outubro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.868/2013, que alterou vários artigos da Lei nº 12.101/2009.

A Lei nº 12.101/2009 foi regulamentada em 20 de julho de 2010, pelo Decreto nº 7.237/2010 - revogado pelo Decreto nº 8.242/2014 e pelo Decreto nº 7.300/2010, que regulamenta o Art. 110 da Lei nº 12.101/2009, e que altera o Decreto nº 7.237/2010 e pelas Portarias nº 3.355/2010 e nº 1970/2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde – “CEBAS-Saúde”.

A Entidade obteve a certificação CEBAS em 12 de março de 1974, e conforme Portaria nº 1.092/2019, publicada no Diário Oficial da União em 25 de setembro de 2019, a Entidade teve seu pedido de renovação do CEBAS-Saúde deferido pela Secretaria de Atenção à Saúde – SAS, conforme parecer técnico nº 611/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS constante do processo nº 25000.148601/2019-41.

Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023

- Sumário das operações do exercício (não auditado)

Com o objetivo de garantir o cumprimento do seu objeto social, a Entidade mantém o HSRC, com a finalidade primordial de prestar assistência à saúde da população, principalmente, mas não se limitando, à área oncológica, realizando inclusive, campanhas junto à comunidade, procurando orientá-la, instruí-la e propiciando o diagnóstico precoce e tratamento do câncer, sendo considerado como hospital de referência no Estado do Espírito Santo.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

Considerado como Entidade de Utilidade Pública pelos Decretos Federais nº 73.481/1974, Decreto Estadual nº 697-E/1972, e Lei Municipal nº 2.093/1971, a Entidade possui ainda o CEBAS, estabelecido pela Lei nº 187/2021 e regulamentada pelo Decreto nº 11.791/2023, tendo sido renovado pela Secretaria de Atenção à Saúde - SAS conforme parecer técnico nº 611/2019 CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.148601/2019-41, publicado no Diário Oficial da União em 25/09/2019, com vigência até junho de 2023, com validade prorrogada nos termos do §1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187/2021, até 31 de dezembro de 2024.

A Entidade, cumprindo seu papel filantrópico junto à comunidade, mantém diversos programas sociais que complementam e garantem aos pacientes do SUS e seus familiares, maior qualidade de vida durante e após o tratamento. São 5 os pilares que sustentam os programas: Educação e Promoção à Saúde; Acolhimento; Assistência; Reabilitação e Inclusão; Ensino, Pesquisa e Extensão.

No pilar “Educação e Promoção à saúde” são realizadas palestras educativas para prevenção e detecção precoce do câncer nas comunidades e população em vulnerabilidade social, nas comunidades dos povos tradicionais, nas prefeituras com os agentes de saúde municipais, nas empresas, além do projeto “Outubro Rosa”, que disponibilizou, em 2023, mais de 1.200 mamografias gratuitamente. As palestras e ações promovidos pela Entidade tiveram a participação de 5.775 pessoas em 2023.

No pilar “Acolhimento”, a Entidade contou com 214 voluntários em 2023, que promoveram ações de bem-estar aos pacientes internados e seus familiares. Dentre as principais ações pode-se destacar as visitas às enfermarias, realização de bingos, visita de cães terapeutas, apresentações de coral, Cine AFECC, realização de missas, cultos e capelania. Foram cerca de 10.900 pacientes assistidos pelos projetos.

No pilar “Assistência”, os pacientes com maior vulnerabilidade social são incluídos no Programa de Assistência Integrada - PAI, que oferece aos pacientes em tratamento e em complementariedade ao SUS, materiais e medicamentos, fraldas, cestas básicas, lanches, kits de higiene pessoal, próteses, perucas, doação de roupas, suplementos alimentares, diárias em albergues, dentre outros. Em 2023, foram distribuídos mais de 1 milhão de itens para aproximadamente 19.200 pessoas.

No pilar “Reabilitação e Inclusão”, são oferecidas na Casa Rosa terapias complementares que garantem maior adesão ao tratamento ambulatorial e melhor qualidade de vida. Em 2023, foram realizados 5.798 atendimentos em práticas integrativas como Reiki, Yoga, Arteterapia, drenagem linfática, acupuntura, floral, meditação, biodança e exercícios de alongamento. Outros 486 pacientes participaram dos cursos de corte e costura, panificação, culinária, artesanato e empreendedorismo que são oferecidos para aqueles que buscam reinserção no mercado de trabalho ou complementar a renda após o tratamento do câncer.

E finalmente, o pilar “Ensino, Pesquisa e Extensão” que contou, em 2023, com 6 programas de residência médica com cerca de 40 médicos residentes nas diversas especialidades e foram realizadas 28 pesquisas acadêmicas na Entidade. A Entidade conta ainda com a pesquisa clínica bem estruturada, sendo desenvolvidos 28 estudos clínicos com diversos laboratórios de medicamentos.

O HSRC dispõe de pronto socorro geral adulto e pediátrico com plantões presenciais em clínica médica, pediátrica, ortopédica, neurológica, cardiológica, cirurgia geral e obstetrícia, atualmente com 270 leitos ativos, além de unidades ambulatoriais de diagnóstico por imagem, medicina nuclear, quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, e consultórios médicos para atendimento ao SUS, Convênios e Particulares.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

No ano de 2023, foram realizadas 17.038 internações contra 15.215 em 2022, representando um crescimento de 12%. Foram realizados 19.122 procedimentos cirúrgicos em 2023 contra 17.770 em 2022, representando um crescimento de 7,6%. Por sua vez, os procedimentos ambulatoriais tiveram um crescimento de 9,7% entre 2022 e 2023, passando de 574 mil para 630 mil procedimentos realizados. De todo o volume de atendimento realizado em 2023, 72% foram referentes à pacientes do SUS, o que atende plenamente o requisito mínimo para manutenção do CEBAS, que prevê o mínimo de 60% de atendimentos realizados para pacientes do SUS.

Como pode ser observado nos dados apresentados anteriormente, houve um importante avanço na oferta de serviços pelo HSRC em 2023. No âmbito do SUS, o Termo de Convênio firmado em agosto de 2022 com a Secretaria de Saúde Estadual – SESA-ES, contribuiu para a redução do déficit da operação filantrópica, ao mesmo tempo que promoveu a melhora na qualidade da assistência à saúde com a adoção de metas qualitativas de desempenho avaliados por meio do Grupo de Diagnósticos Relacionados (*Diganosis Related Groups – DRG*). Nesse sentido, o HSRC se destacou, onde não só conseguiu atingir as metas estabelecidas, como também obteve reconhecimento nacional no Prêmio Índice de Valor em Saúde (IVSB), em Belo Horizonte (MG), como um dos melhores hospitais do Brasil, com os melhores desempenhos no tratamento do Câncer de Mama e Hepatobiliar.

Ainda em 2023, foi editada pela União, a Medida Provisória nº 96/2023, que liberou para os hospitais filantrópicos, na proporção da produção SUS de cada um, os recursos financeiros retidos e não utilizados no Fundo Nacional de Saúde até 2019, tendo sido repassado extraordinariamente para o Hospital cerca de R\$7,7 milhões a título de apoio financeiro para custeio. Não há expectativa de nova liberação de recursos em 2024.

Outro fator impactante foi a aplicação da Lei nº 14.434/2022, que instituiu o piso salarial nacional para a enfermagem. A Lei estava suspensa pelo Supremo Tribunal Federal – STF, tendo sido normatizada em 2023 com o estabelecimento da obrigatoriedade do repasse complementar, pela União, aos hospitais filantrópicos. Essa medida aliviou o impacto nos custos dos hospitais filantrópicos, inclusive do HSRC.

No âmbito das operações privadas, o HSRC fez investimentos para melhor a infraestrutura ao atendimento dos pacientes de convênios e particulares. Os consultórios médicos foram remodelados e ampliados, e o setor de quimioterapia recebeu o maior investimento, trazendo mais conforto e comodidade para pacientes e médicos.

Inaugurado o novo conceito em atendimento materno infantil com unidade de Terapia Intensiva Neonatal e Pediátrica, o Centro de Pesquisa Clínica também recebeu investimentos para ampliação do serviço, possibilitando maior adesão de pacientes aos estudos ofertados.

As melhorias na infraestrutura para os atendimentos de convênios possibilitaram o credenciamento do HSRC por novas operadoras em 2023, merecendo destaque a GEAP, SAMP e a Mais Saúde, além de maior adesão de pacientes das operadoras já parceiras.

As melhorias na infraestrutura para os atendimentos de convênios possibilitaram o credenciamento do HSRC por novas operadoras, além de estreitar essa parceria em 2023 com uma maior adesão de pacientes das operadoras já parceiras, aliado a extensão de credenciamento para atendimentos em Consultórios, Hemodiálise, Raio X, Tomografia, Ultrassom, Transplante de Medula Óssea e Radioembolização. O HSRC apresentou um crescimento do corpo clínico e a negociação do novo modelo de remuneração de diária semi-global proporcionou uma melhora do ticket médio, agilidade no processo de faturamento e redução das glosas.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AF ECC – Hospital Santa Rita de Cássia

Para 2024, outros investimentos estão previstos. A inauguração do novo serviço de diagnóstico por imagem, o PET-CT no segundo semestre, possibilitará aos pacientes do SUS e Convênios, o diagnóstico mais preciso e melhor controle do câncer. Será iniciada a obra de construção do bunker (casamata) para uma nova (quarta) máquina de radioterapia que também oportunizará a ampliação dos serviços ofertados ao SUS e convênios, reforma e ampliação do setor de endoscopia com atendimento externo. Por fim, também estão previstos os desenvolvimentos dos projetos arquitetônicos para a construção do novo pronto socorro de convênios e o novo prédio de internação para os pacientes SUS, que também oportunizará a ampliação de leitos exclusivamente para o SUS.

- Transação de venda de precatórios

O crédito, objeto da operação, é decorrente do pleito pelo equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de utilização de tabelas defasadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, para remuneração à Entidade que se deu por meio do processo nº 1000028-04.2019.4.01.3400.

Operação de venda de créditos (precatórios) foi realizada mediante lavratura de Escritura Pública de Cessão de Créditos no dia 09 de março de 2023, no 17º Ofício de Notas da Capital do Estado do Espírito Santo, registrada sob a matrícula notarial eletrônica n.º: 088674.2023.03.09.00004155-37, tendo como Outorgante Cedente a Entidade, representada por sua Diretora Presidente, Marilúcia Silva Dalla, do outro lado como Outorgado Cessionário o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ALTERNATIVE ASSETS III, representado por sua Administradora, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, por sua vez, representado por seus procuradores, Rodrigo Natividade da Cruz Ferrari e Rafaela Perdigão Castro. O objeto do negócio está amparado pela integralidade do crédito pleiteado pela Cedente no processo de n.º 1000028-04.2019.4.01.3400, em trâmite perante a Sexta Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (“Ação Judicial”), bem como o principal, juros legais e acessórios, mais o respectivo complexo de direitos, pretensões ou ações que tal crédito confere à Cedente contra o Devedor ou contra a terceiros.

Em complementação à documentação mencionada, foi assinado Termo Aditivo AF ECC n. 1/2023 em 10 de março de 2023, estabelecendo as condições financeiras da operação.

Na cláusula 1, itens 1.1 e 1.2, do referido termo, trata da base de preço e do preço estabelecido pela operação de venda. O preço total declarado na data base de setembro de 2022, corresponde a R\$229.629, já deduzida a parcela de honorários contratuais de êxito de 30% (trinta por cento) do benefício da Cedente, fixando o montante de R\$56.289, como valor final da operação de venda de créditos com pagamento a vista, cujo pagamento dessa quantia ocorreu em 14 de março de 2023.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucros).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, especificamente a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

A Entidade é considerada uma sociedade de grande porte, conforme descrito no Art. 3º da Lei nº 11.638/2007, considerando que o valor total dos ativos supera o limite de R\$240 milhões. Também são observados os preceitos da Lei Complementar nº 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social e a concessão do Certificado das Entidades Beneficentes de Assistência Social (“Certificação CEBAS”).

As demonstrações financeiras da Entidade estão sendo apresentadas em conformidade com a orientação técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração da Entidade confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações da Entidade e com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados por seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e vêm sendo aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. A Entidade considera como caixa e equivalentes de caixa: (i) dinheiro em caixa; (ii) depósitos bancários; e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um baixo risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus rendimentos são registrados no superávit (déficit) do exercício.

Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de sua contratação.

2.5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são destinadas a atender compromissos de caixa de curto prazo da Entidade e são liquidadas frequentemente com esse objetivo, não possuindo um modelo de negócios para recebimento de fluxos de caixa contratuais.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

As aplicações financeiras da Entidade classificadas no ativo circulante possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 12 (doze) meses após a data de aplicação ou não possuem vencimento definido para resgate, e são contabilizadas no ativo circulante. As aplicações financeiras resgatáveis em um prazo superior a 12 (doze) meses após a data de aplicação, possuem vencimentos de longo prazo, com liquidez imediata e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

2.6. Recursos vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos abrangem os saldos de depósitos bancários e de aplicações financeiras com restrição.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e são ajustadas a valor presente caso este ajuste seja relevante. Nos exercícios apresentados, o ajuste a valor presente calculado nas contas a receber de clientes não foi considerado relevante. A provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em um montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber de clientes (Nota 6).

2.8. Estoques

Os estoques referem-se, substancialmente, a medicamentos e materiais médico-hospitalares. Esses estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição e são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas (Nota 7).

2.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, e deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”), quando aplicável. Os gastos com a manutenção do ativo imobilizado, quando representam melhorias (i.e., aumento da vida útil estimada e/ou capacidade operacional do ativo correspondente), são capitalizados e os gastos remanescentes são debitados nas contas de despesas, quando incorridos. Os materiais alocados aos projetos específicos são adicionados à rubrica “Imobilizações em Andamento”.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após decorrida sua vida útil, seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não houver benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na baixa ou alienação de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFEC - Hospital Santa Rita de Cássia

As vidas úteis estimadas dos itens registrados como ativo imobilizado são como segue:

<u>Classificação</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Edificações	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática (<i>hardware</i>)	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos

2.10. Intangível

Consiste em programas de computador (*softwares*) adquiridos de terceiros, reconhecidos pelo custo e deduzidos da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Esses são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de amortização são revisados ao final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas dos itens registrados como ativo intangível são como segue:

<u>Classificação</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Programas de computador (<i>softwares</i>)	5 anos

2.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração

Ativos sujeitos à depreciação e amortização são testados para fins de avaliação do seu valor recuperável (i.e., teste de "impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo montante no qual o valor contábil exceder o valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo de venda do ativo menos os custos para efetivar a venda e o seu valor em uso.

Com o propósito de avaliar o valor recuperável, os ativos são agrupados na menor unidade na qual fluxos de caixa separáveis possam ser identificados (i.e., Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Ativos não financeiros que tenham sofrido redução do seu valor recuperável ("impairment") são revisados para a possibilidade de reversão da perda ao final de cada exercício. Os valores recuperáveis são determinados com base nos valores em uso dos ativos, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Entidade não identificou indicativos de desvalorização de seus ativos de longa duração que justificassem a necessidade de realização do teste de impairment.

2.12. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, considerando-se o Princípio da Competência dos Exercícios Societários ("regime de competência") para registro do ativo. As despesas antecipadas estão representadas, substancialmente, por despesas na contratação de seguros (Nota 25).

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFEEC – Hospital Santa Rita de Cássia

2.13. Ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser confiavelmente mensurado.

Os ativos são demonstrados pelos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e/ou cambiais e os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em função do tempo decorrido (“pro rata temporis”) até a data do balanço. Os bens e direitos realizáveis até o prazo de doze meses da data do balanço estão apresentados como ativos circulantes.

2.14. Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da Entidade.

2.15. Serviços médicos a pagar

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, e representam as obrigações a pagar pela prestação de serviços médicos e exames realizados nos atendimentos hospitalares, no curso normal das operações da Entidade.

2.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelo custo amortizado, e são atualizados pelas variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicáveis) com base nas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos contratuais, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos financeiros.

Quando aplicável, os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos qualificáveis, ou seja, ativos que levam necessariamente um prazo substancial para ficarem prontos para o uso pretendido, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estiverem prontos para o uso pretendido. Os custos de empréstimos correspondem aos juros e demais custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo ou financiamento. Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do prazo de vigência dos contratos correspondentes.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos, ainda não despendidos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização.

Os juros pagos são apresentados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, e que seja provável que a Entidade será requerida a liquidar tal obrigação, e esta possa ser confiavelmente mensurada. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas em torno da obrigação. Riscos contingentes avaliados como de perda possível são divulgados nas demonstrações financeiras, porém não são reconhecidos em conta específica do balanço patrimonial.

Quando a Entidade espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, por um contrato de seguros, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas somente quando esse reembolso é virtualmente certo, ou seja, é mais que provável que ocorra.

2.18. Passivos circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação, legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso financeiro seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. As obrigações vencíveis até o prazo de doze meses da data do balanço estão apresentadas como passivos circulantes.

2.19. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescidas ou diminuídas do superávit (déficit) apurado em cada exercício. A transferência do superávit (déficit) para o patrimônio social se dá por meio de aprovação em assembleia.

2.20. Subvenções e Incentivos Recebidos

As doações, subvenções e contribuições para custeio das operações da Entidade são contabilizadas em contas de receita. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais são contabilizadas, a princípio, no passivo e reconhecidas em contas de receita proporcionalmente à depreciação do bem objeto da subvenção.

A Entidade reconhece as subvenções de acordo com a Resolução CFC nº 1.305/2010 (NBC TG 07 (R2)), que veda a contabilização de subvenções no Patrimônio Líquido e estabelece que as subvenções, inclusive as não monetárias, sejam reconhecidas pelo regime de competência e em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário, confrontadas com as despesas correspondentes.

O reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não houver base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados, e quando houver segurança de que a Entidade cumprirá todas as condições estabelecidas.

Enquanto não forem atendidos os critérios para reconhecimento da receita, a Entidade reconhece a subvenção como um passivo (“Doações e subvenções recebidas a realizar”), quando essa é relacionada com ativos e não vinculadas a obrigações futuras (Nota 15).

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

2.21. Apuração do superávit (déficit)

As receitas de contribuições são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

O superávit (déficit) das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

2.22. Reconhecimento de receitas

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data base do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. As receitas da Entidade são advindas, exclusivamente, das atividades ligadas à saúde.

- Receitas de pacientes – convênios médicos

Os convênios médicos são registrados pelo valor presente da transação de acordo com as faturas mensais apuradas pela Entidade, com base no regime de competência, sendo que o prazo de emissão da nota fiscal correspondente e a liberação para faturamento gira em torno de 60 (sessenta) dias, porém a Entidade entende que ao final de cada período de competência já existe o direito de recebimento do valor, realizando, portanto, a provisão do contas a receber.

- Glosas de convênios médicos

O faturamento é realizado de acordo com as tabelas de preços negociadas junto às operadoras de planos de saúde. No momento do recebimento, se houver glosas, o registro contábil é realizado com base no cruzamento entre o valor faturado e o valor efetivamente recebido, e o setor de recurso de glosas entra com recurso junto às operadoras de planos de saúde recusando os valores glosados. As glosas efetivamente aceitas, são registradas no momento do recebimento, ficando em aberto as glosas que serão recusadas.

- Receitas de pacientes particulares

A Entidade registra pelo valor presente da transação de acordo com os serviços realizados referentes a pacotes e atendimentos particulares, pelo regime de competência, sendo que o prazo de recebimento no caso de pacotes é antecipado, pois a Entidade disponibiliza um desconto nos serviços, e com relação aos pacientes particulares, a Entidade recebe à vista ou parcelado.

- Receita de pacientes - SUS

O registro contábil do faturamento para o SUS é realizado de acordo com os valores pactuados/pré-aprovados na contratualização com o gestor municipal/estadual e a Entidade. A contratualização se refere ao processo pelo qual as partes, o gestor municipal/estadual do SUS e o representante legal do HSRC, estabelecem metas quantitativas e qualitativas de atenção à saúde e de gestão hospitalar, formalizadas por meio de um instrumento contratual, como por exemplo: Convênio, Contrato, Termo de Ajuste, Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos – PCEP, etc.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

As estimativas de cumprimento das metas são de 100% do pactuado na contratualização, e atualmente são registradas na contabilidade após a análise da auditoria do gestor do convênio.

2.23. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na NBC ITG 2002 (R1), a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, sendo mensurados ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

2.24. Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração (Nota 2.12).

2.25. Doações e subvenções específicas

As doações para projetos específicos são registradas no passivo circulante (“Doações e subvenções recebidas a realizar”) e revertidas integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Entidade, quando então são registradas no resultado para custeio das despesas ou para aquisições de ativos imobilizados. As doações não específicas, destinadas ao custeio normal das operações da Entidade, são registradas diretamente no resultado como receita de doações.

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Entidade recebeu doações nos montantes de R\$2.230 e de R\$3.574, respectivamente.

2.26. Gratuidades e projetos assistenciais

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as gratuidades concedidas pela Entidade, por meio dos seus projetos assistenciais, totalizam R\$3.287 e R\$3.525, respectivamente.

2.27. Isenções previdenciárias e imunidades tributárias usufruídas

De acordo com o Art. 150 da Constituição Federal, a Entidade é imune aos impostos sobre patrimônio e renda. Adicionalmente, por se tratar de uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, assim definido em seu Estatuto Social, e atender aos requisitos da legislação, a Entidade está isenta do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, considerando o cumprimento cumulativo das condições estabelecidas nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/1997.

Em relação à contribuição social para o Programa de Integração Social - PIS, a Entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de pagamentos à alíquota de 1%, conforme disposto no Art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/1998, e nº 10.833/2003, sujeitando-se ao pagamento dessa contribuição sobre suas demais receitas.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

2.28. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras, encargos bancários, dentre outros, e são registradas contabilmente em conformidade com o regime de competência.

2.29. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são mensurados a cada data do balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial de acordo com os propósitos de cada aquisição ou emissão.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos a receber, contas a pagar a fornecedores, obrigações trabalhistas e previdenciárias e outras contas a pagar. Em função da natureza desses instrumentos e a sua realização e/ou liquidação no curto prazo, os correspondentes saldos contábeis são considerados substancialmente similares aos valores de mercado.

2.30. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada com base no método indireto, no qual segregam-se os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e reconcilia o superávit (déficit) do exercício com os fluxos de caixa líquidos e com a variação do caixa e equivalentes de caixa. Quando aplicável, as alterações nos itens do balanço que não resultaram em fluxos de caixa (i.e., transações não envolvendo caixa), tais como diferenças de conversão cambial, variações de valor justo e outros itens não monetários, foram eliminadas para efeitos de preparação desta demonstração.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais políticas contábeis da Entidade (Nota 2), a Administração deve exercer julgamentos e desenvolver estimativas para os valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos por meio de outras fontes. As estimativas e premissas associadas são baseadas na experiência histórica e demais fatores considerados relevantes e, portanto, os resultados futuros podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente.

A Administração da Entidade concluiu que os julgamentos e estimativas consideradas mais significativas na elaboração dessas demonstrações financeiras são os seguintes:

3.1. Mensuração dos instrumentos financeiros

A Entidade mensura seus ativos financeiros ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

A Entidade utiliza técnicas de avaliação que incluem o uso de “inputs” que estão ou não baseados em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. Na nota explicativa nº 24, são apresentados os detalhes dos principais pressupostos utilizados na mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido com base em dados observáveis em mercados ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração acredita que as técnicas de avaliação e os pressupostos utilizados são adequados para mensurar os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Entidade.

Quando possível, os dados utilizados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado. Contudo, quando isso não for possível, um determinado nível de julgamento é requerido para determinar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

3.2. Determinação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado

Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e as vidas úteis dos ativos. As estimativas, premissas e julgamentos refletem, substancialmente, a experiência histórica. A Entidade calcula a depreciação utilizando o método linear.

Ao final do exercício, a Entidade revisou as vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado, e não identificou mudanças significativas (Nota 10).

3.3. Determinação do valor recuperável de ativos de longa duração

Uma perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) é identificada quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. O cálculo do valor justo, menos os custos de venda, é baseado em informações disponíveis sobre transações de compra/venda de ativos similares ou preços de mercado, menos os custos adicionais para descartar o ativo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Entidade não identificou indicativos de desvalorização de seus ativos de longa duração que justificassem a necessidade de realização do teste de impairment.

3.4. Provisões para perdas em processos judiciais e outras obrigações

As reclamações contra a Entidade, incluindo reclamações não declaradas ou avaliações, são reconhecidas como passivo e/ou divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, a menos que a probabilidade de perda seja considerada remota. O saldo total das provisões para perdas em processos judiciais e outras obrigações é registrado no passivo não circulante, uma vez que não é possível estimar o prazo de liquidação com confiabilidade.

Créditos e provisões para outras obrigações são registrados quando a perda é provável e o montante puder ser estimado confiavelmente. As reclamações e demais obrigações similares poderão ser liquidadas quando ocorrerem um ou mais eventos futuros. Normalmente, a ocorrência de tais eventos não está sob o controle da Entidade e, portanto, a avaliação desses passivos está sujeita a diversos graus de incerteza jurídica e interpretação, e requerem que a Administração faça uso de estimativas e exerça julgamentos significativos.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFEC - Hospital Santa Rita de Cássia

Certas condições podem existir na data da emissão das demonstrações financeiras, podendo resultar em prejuízos para a Entidade, mas que somente serão resolvidos quando ocorrerem ou não ocorrerem tais eventos futuros. A Administração, consubstanciada por seus assessores legais externos, avalia tais passivos contingentes, e tal avaliação envolve inerentemente um exercício de julgamento. Os assessores legais externos da Entidade avaliam as perdas decorrentes de processos judiciais pendentes contra a Entidade ou de reclamações não garantidas que possam resultar desses processos, avaliando os méritos percebidos de quaisquer processos judiciais ou reclamações não declaradas, bem como os méritos percebidos do montante de negociação neles procurados ou esperados. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos próprios assessores legais externos da Entidade.

Se a avaliação de uma contingência indicar que é provável que um prejuízo material tenha sido incorrido e o montante do passivo puder ser mensurado confiavelmente, então o passivo estimado é provisionado nas demonstrações financeiras (Nota 16.2). Se a avaliação indicar que uma contingência de perda potencialmente material não é provável, mas é razoavelmente possível, então a natureza do passivo contingente é divulgada em nota explicativa às demonstrações financeiras (Nota 16.3).

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração eventuais alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões nos tribunais.

4. CAIXA EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	54	45
Bancos conta movimento		
Não vinculado a subvenção	2.241	30
Vinculado a subvenção	103	-
	<u>2.344</u>	<u>75</u>
Aplicações financeiras (*)		
Não vinculado a subvenção	49.305	90.397
Vinculado a subvenção	9.200	6.593
	<u>58.505</u>	<u>96.990</u>
	<u>60.903</u>	<u>97.065</u>

(*) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A seguir, as aplicações financeiras detalhadas por instituição financeira e tipo de operação:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxa média anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Caixa Econômica Federal	Fundo de Investimentos	Diário	13,14%	8.425	13.384
Caixa Econômica Federal	Poupança vinculada	Diário	8,12%	502	6.319
Banco Bradesco	FIC FI RF Referenciado DI MAX	Diário	103,70% CDI ⁽ⁱⁱ⁾	2.448	-
Banco Bradesco	FIC FI Crédito Privado Plus	Diário	105,49% CDI	5.314	1.793
Banco BANESTES	CDB ⁽ⁱ⁾	Diário	100% do CDI	4.882	2.728
Banco BANESTES	Poupança - Vinculada	Diário	8,12%	8.698	267
Banco BANESTES	Poupança	Diário	8,12%	57	37
Sicoob	RDC flexível	Diário	99% do CDI	1.270	180

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxa média anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Sicoob	Poupança	Diário	8,13%	7	7
Banco Santander	CDB DI PJ	Diário	102,50% CDB	-	1.665
BTG - Pactual	CDB I FIC FI RF CP	Diário	13,75%	15.788	70.610
Banco Safra	FI RF CP	Diário	14,30%	11.114	-
Total				58.505	96.990

(i) Certificado de Depósito Bancário – CDB.

(ii) Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que registrou remuneração média de 13,04% a.a. e de 12,38% a.a. nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente (Fonte: Banco Central do Brasil - BACEN).

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Aplicações financeiras (circulante)

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxa média anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
BTG – Pactual	CDB ⁽ⁱ⁾ BTG Pactual	2024	101,75% do CDI	6.762	-
Total				6.762	-

(i) Certificado de Depósito Bancário – CDB.

5.2. Aplicações financeiras (não circulante)

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxa média anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Banco Bradesco	FIC FI RF Referenciado DI MAX	2025	103,70% do CDI	792	-
Banco Santander	CDB DI PJ	2027	102,50% CDB	1.908	-
BTG - Pactual	LF, LSFN,LSFC e NTNF - Pré e Pós	2025 a 2050	12,40%	108.126	-
Total				110.826	-

(i) Certificado de Depósito Bancário – CDB.

(ii) Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que registrou remuneração média de 13,04% a.a. e de 12,38% a.a. nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente (Fonte: Banco Central do Brasil - BACEN).

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Convênios ⁽ⁱ⁾	43.536	29.936
Diversos ⁽ⁱⁱ⁾	13.024	13.066
Serviços a faturar ⁽ⁱⁱⁱ⁾	19.149	12.703
Clientes particulares	1.291	278
Subtotal	<u>77.000</u>	<u>55.983</u>
Provisão para perdas de crédito esperadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	<u>(11.760)</u>	<u>(7.472)</u>
Total	<u>65.240</u>	<u>48.511</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo a receber de convênios totalizava R\$43.536 e R\$29.936, respectivamente, representado, substancialmente, por saldos a receber dos seguintes convênios: Amil, Companhia Vale do Rio Doce, Banescaixa, ArcelorMittal Brasil, Bradesco Seguros, Cassi, Cesan, São Bernardo Unimed, Saúde Caixa e Petrobras.

(ii) Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo a receber da rubrica diversos totalizava R\$13.024 e R\$13.066, respectivamente, representado, substancialmente, pelo SUS.

(iii) Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo de contas a faturar totalizava R\$19.149 e R\$12.703, respectivamente, representado, substancialmente, por saldos a faturar dos seguintes convênios: Amil, Companhia Vale do Rio Doce, Banescaixa, ArcelorMittal Brasil, Bradesco Seguros, Cassi, Cesan, São Bernardo, Unimed, Saúde Caixa e Petrobras.

(iv) A provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas nas realizações de seus créditos, com base nas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.940/2009, e para atender aos requisitos da Política de Gestão da Entidade, que prevê provisão de títulos vencidos acima de 180 dias.

Adicionalmente, ainda de acordo com a Política de Gestão da Entidade, foi constituída provisão de 2% (dois por cento) sobre o saldo de notas fiscais a faturar e sobre os títulos a vencer e vencidos até 180 dias, a título de provisão de possíveis glosas, conforme o histórico de perdas da Entidade, sendo esta provisão considerada para todos os títulos de contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos de contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	46.131	29.243
Vencidos (*):		
≤ 30 dias	8.417	10.058
31 - 60 dias	7.796	5.273
61 - 90 dias	1.030	996
91 - 180 dias	2.004	3.621
181 - 365 dias	2.883	1.596
> 365 dias	<u>8.739</u>	<u>5.196</u>
Subtotal	<u>77.000</u>	<u>55.983</u>
Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(11.760)</u>	<u>(7.472)</u>
Total	<u>65.240</u>	<u>48.511</u>

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFEEC – Hospital Santa Rita de Cássia

A movimentação do saldo da rubrica “Provisão para perdas de crédito esperadas” está demonstrada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	7.472	13.431
Provisões (adições)	5.105	1.589
Reversões (baixas)	<u>(817)</u>	<u>(7.548)</u>
Saldo final	<u>11.760</u>	<u>7.472</u>

7. ESTOQUES

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a composição dos estoques é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Medicamentos	2.931	3.721
Material hospitalar	1.518	1.220
Material de robótica	2.088	2.260
Órtese e Prótese	165	147
Material de diagnósticos	119	112
Fios cirúrgicos	116	96
Gases	56	2
Subtotal – material hospitalar	<u>6.993</u>	<u>7.558</u>
Material de consumo	<u>2.250</u>	<u>1.441</u>
Total	<u>9.243</u>	<u>8.999</u>

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Créditos a funcionários ⁽ⁱ⁾	883	755
Depósitos judiciais ⁽ⁱⁱ⁾	-	4.443
Empréstimos de materiais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.565	834
Adiantamentos a terceiros ^(iv)	411	591
Outros	<u>6</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.865</u>	<u>6.623</u>

(i) Refere-se, substancialmente, à adiantamentos de salários e de férias.

(ii) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de depósitos judiciais, no montante de R\$5.036 está apresentado na rubrica “Depósitos judiciais”, no ativo não circulante (Nota 16.4).

(iii) Refere-se, substancialmente, a materiais e medicamentos de propriedade da Entidade que são concedidos, temporariamente, a título de empréstimo a outras unidades de saúde do Estado. Esta prática tem por objetivo o abastecimento emergencial de determinados medicamentos ou materiais hospitalares da unidade solicitante, e está diretamente vinculado ao atendimento de pacientes.

(iv) Refere-se, substancialmente, a adiantamentos a fornecedores (terceiros) para a importação de materiais médicos, medicamentos e insumos da robótica, tendo sido necessário realizar adiantamentos de valores junto aos fabricantes.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

9. CONTAS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cobrança judicial (*)	3.390	3.533
Provisão para perdas de cobrança (*)	(2.474)	(2.489)
Outros créditos a receber	534	534
Total	<u>1.450</u>	<u>1.578</u>

(*) Referem-se às cobranças de longo prazo realizadas judicialmente, bem como a sua provisão para perdas, calculada com base nas estimativas dos assessores jurídicos externos da Entidade.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Terrenos	Imobilizações em andamento	Edificações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamento de processamento de dados	Veículos	Instrumentos cirúrgicos	Instalações	Intangível	Total
Custo											
31/12/2021	25.627	4.185	95.328	10.567	67.978	3.117	348	1.636	2.798	2.411	213.995
Adições	-	11.396	-	1.871	12.481	767	-	-	-	48	26.563
Baixas	-	(803)	-	(111)	(171)	(26)	-	-	-	(12)	(1.123)
Transferências	-	(2.792)	2.792	-	-	-	-	-	-	-	-
31/12/2022	<u>25.627</u>	<u>11.986</u>	<u>98.120</u>	<u>12.327</u>	<u>80.288</u>	<u>3.858</u>	<u>348</u>	<u>1.636</u>	<u>2.798</u>	<u>2.447</u>	<u>239.435</u>
Adições	-	23.426	-	-	-	-	-	-	-	-	23.426
Baixas	-	(9)	-	(760)	(1.967)	(329)	-	(15)	-	(30)	(3.110)
Transferências	-	(19.527)	7.020	1.330	8.824	1.521	17	729	86	-	-
31/12/2023	<u>25.627</u>	<u>15.876</u>	<u>105.140</u>	<u>12.897</u>	<u>87.145</u>	<u>5.050</u>	<u>365</u>	<u>2.350</u>	<u>2.884</u>	<u>2.417</u>	<u>259.751</u>
Depreciação acumulada											
31/12/2021	-	-	(33.943)	(7.351)	(34.868)	(1.948)	(342)	(911)	(2.273)	(1.900)	(83.536)
Adições	-	-	(3.868)	(727)	(5.880)	(500)	(6)	(130)	(108)	(198)	(11.417)
Baixas	-	-	-	100	141	22	-	-	-	12	275
31/12/2022	-	-	<u>(37.811)</u>	<u>(7.978)</u>	<u>(40.607)</u>	<u>(2.426)</u>	<u>(348)</u>	<u>(1.041)</u>	<u>(2.381)</u>	<u>(2.086)</u>	<u>(94.678)</u>
Adições	-	-	(4.113)	(793)	(6.511)	(6.420)	(2)	(135)	(104)	(137)	(12.437)
Baixas	-	-	-	735	1.899	328	-	15	-	30	3.007
31/12/2023	-	-	<u>(41.924)</u>	<u>(8.036)</u>	<u>(45.219)</u>	<u>(2.740)</u>	<u>(350)</u>	<u>(1.161)</u>	<u>(2.485)</u>	<u>(2.193)</u>	<u>(104.108)</u>
Imobilizado líquido											
31/12/2022	25.627	11.986	60.309	4.349	39.681	1.432	-	595	417	361	144.757
31/12/2023	25.627	15.876	63.216	4.861	41.926	2.310	15	1.189	399	224	155.643
Vida útil (anos)	-	-	25	10	10	5	5	10	10	5	

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS a pagar – depósito judicial	4.947	4.338
Salários a pagar	3.782	3.008
FGTS a pagar	689	519
INSS a pagar sobre folha de pagamento	558	354
Consignado de funcionários	167	151
Residentes a pagar	63	65
Outras	128	81
Total	<u>10.334</u>	<u>8.516</u>
Circulante	5.387	8.516
Não circulante	4.947	-

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF - código 0561	676	467
IRRF - código 1708	95	82
ISS a recolher – retenção	27	38
CSLL, PIS e COFINS - retenção	304	237
INSS- retenção serviços tomados	33	29
Total	<u>1.135</u>	<u>853</u>

13. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de férias	5.942	5.252
FGTS sobre férias	474	418
PIS sobre férias	59	52
Total	<u>6.475</u>	<u>5.722</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Instituição financeira</u>	<u>Objeto</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa Econômica Federal – CEF	Capital de giro	Jul/2025	8.372	13.098
Banco Santander (Brasil) S.A.	Financiamento	Nov/2028	2.200	-
Total			<u>10.572</u>	<u>13.098</u>
Circulante			5.561	4.726
Não circulante			5.011	8.372

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

Resumo das características dos contratos de empréstimos e financiamentos

- Caixa Econômica Federal – CEF

Em 14 de julho de 2022, a Entidade captou um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no montante total de R\$14.950, com pagamento em 36 parcelas com vencimento inicial em agosto de 2022 e final em julho de 2025, e encargos financeiros pactuados à taxa nominal de 8,66% a.a., equivalente a uma taxa de juros de 0,72% a.m. + TR. A taxa de risco de crédito fixada em 3,00% a.a., equivalente a uma taxa mensal de 0,25%.

- Banco Santander (Brasil) S.A.

No ano de 2023, a Entidade captou um financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., para aquisição de equipamentos hospitalares utilizados em suas atividades no montante total de R\$2.245, com pagamento em até 60 parcelas, com vencimento inicial em agosto de 2023 e final em novembro de 2028, e encargos financeiros médio de 8,10% a.a.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	13.098	-
Captação de empréstimos e financiamentos (novas liberações)	2.245	14.950
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.023	2.806
Juros a apropriar sobre empréstimos e financiamentos	<u>(1.655)</u>	<u>(2.114)</u>
Subtotal – juros sobre empréstimos e financiamentos	1.368	692
Amortização de principal	(4.771)	(1.852)
Amortização de juros	<u>(1.368)</u>	<u>(692)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>10.572</u>	<u>13.098</u>

Cronograma de amortização

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo de empréstimos e financiamentos está distribuído por ano de vencimento como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2023	-	4.726
2024	5.561	5.153
2025	3.674	3.219
2026 em diante	<u>1.337</u>	<u>-</u>
Total	<u>10.572</u>	<u>13.098</u>

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFEC - Hospital Santa Rita de Cássia

15. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES RECEBIDAS A REALIZAR

Origem	Recursos recebidos	Ativo			Total	Passivo
		Bancos conta movimento	Aplicações financeiras (Nota 4)	Ativo imobilizado		
Saldos em 31/12/2021	6.418	1	2.929	47.903	57.251	20.132
Movimentação - 2022						
Federal	8.109	-	3.722	5.063	16.894	6.358
Estadual	124	(1)	(58)	203	268	(436)
Municipal	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	14.651	-	6.593	53.169	74.413	26.054
Movimentação - 2023						
Federal	10.376	-	2.843	7.662	20.881	7.813
Estadual	800	-	(236)	190	754	(417)
Municipal	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	25.827	-	9.200	61.021	96.048	33.450

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

16.1. Ativos contingentes

A Entidade não possui ativos contingentes contabilizados.

16.2. Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável

Durante o curso normal de suas atividades, a Entidade está exposta, substancialmente, a reclamações de natureza trabalhista e cível. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Entidade. Com base nesta avaliação, a Administração registou provisão para cobrir as prováveis perdas referentes a processos de natureza trabalhista e cível.

A movimentação da provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	Trabalhista (*)	Cível	Total
31/12/2021	577	71	648
Adições	701	2	703
Reversões/baixas	(433)	(22)	(455)
31/12/2022	845	51	896
Adições	2.316	77	2.393
Reversões/baixas	(1.008)	(51)	(1.059)
31/12/2023	2.153	77	2.230

(*) As reclamações de natureza trabalhista envolvem, principalmente, ações ingressadas por pessoas físicas requerendo reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de pensão e danos morais por falecimento de cônjuge, equiparações salariais, complementos de horas extras, pedidos de insalubridade, periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outras.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

16.3. Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não estão provisionados nas demonstrações financeiras e são compostos, substancialmente, por processos de natureza trabalhista e cível, como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhista ⁽ⁱ⁾	1.132	476
Cível ⁽ⁱⁱ⁾	<u>2.036</u>	<u>1.981</u>
Total	<u>3.168</u>	<u>2.457</u>

- (i) As reclamações de natureza trabalhista, caracterizadas como possíveis de condenação, envolvem, principalmente, ações ingressadas por pessoas físicas requerendo reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de pensão e danos morais por falecimento de cônjuge, reversão de justa causa, doença ocupacional, restabelecimento de plano de saúde, equiparações salariais, complementos de horas extras, pedidos de insalubridade, periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outras.
- (ii) As reclamações de natureza cíveis, caracterizadas como possíveis de condenação, envolvem, principalmente, ações ingressadas por pessoas físicas requerendo indenizações por danos morais e materiais motivadas por erro médico, demora no atendimento, morte do paciente, dentre outras.

16.4. Depósitos judiciais

A movimentação dos depósitos judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo em 1º de janeiro ^(*)	4.443	4.474
Adições	593	546
Baixas	<u>-</u>	<u>(577)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>5.036</u>	<u>4.443</u>

- (*) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de depósitos judiciais, no montante de R\$4.443, estava apresentado na rubrica de “Outros créditos a receber”, no ativo circulante (Nota 8).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade está demonstrado conforme determinado pelo Art. 4º, Parágrafo Único da Lei nº 9.249/1996, que veda a correção monetária sobre os valores de custo de aquisição, integralização e/ou de transferências. O patrimônio social é composto pelos superávits apurados em exercícios anteriores, líquidos dos déficits, quando ocorridos. O resultado do exercício é transferido para o patrimônio social, devendo ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o patrimônio social da Entidade corresponde ao patrimônio social inicial acrescido dos valores dos superávits acumulados, como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio social	234.484	215.327
Superávit do exercício	<u>94.980</u>	<u>19.157</u>
Total do patrimônio líquido	<u>329.464</u>	<u>234.484</u>

17.2. Destinação do superávit do exercício

Devido à sua característica de entidade sem finalidade de lucros, os resultados positivos (superávits) devem ser investidos nas atividades fins, visando a melhoria contínua dos serviços prestados.

18. DESPESAS DE PESSOAL

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários e ordenados	(52.331)	(45.447)
Férias	(6.600)	(6.160)
FGTS	(5.592)	(5.241)
13º salário	(4.756)	(4.377)
Assistência médica	(2.358)	(2.925)
Horas extras	(1.183)	(864)
PIS sobre folha de pagamentos	(616)	(553)
Vale transporte	(677)	(618)
Outras despesas com pessoal	<u>(1.322)</u>	<u>(2.944)</u>
Total	<u>(75.435)</u>	<u>(69.129)</u>

19. DESPESAS DE SERVIÇOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços médicos	(62.177)	(53.172)
Serviços de manutenção	(5.832)	(5.425)
Segurança e vigilância	(1.640)	(1.403)
Residentes/acadêmicos	(933)	(923)
Assessoria empresarial	(3.178)	(2.798)
Assistência jurídica	(597)	(486)
Informática	(5.204)	(4.172)
Outros serviços	<u>(10.785)</u>	<u>(7.522)</u>
Total	<u>(90.346)</u>	<u>(75.901)</u>

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

20. DESPESAS DE MATERIAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Medicamentos	(35.723)	(32.433)
Material hospitalar	(10.407)	(9.638)
Material de nutrição	(7.249)	(4.868)
Material de higienização	(1.818)	(1.855)
Órtese de prótese	(2.583)	(2.268)
Material de manutenção	(1.647)	(1.960)
Material de diagnóstico	(1.749)	(1.134)
Material administrativo	(1.371)	(1.252)
Outros materiais	<u>(5.327)</u>	<u>(8.830)</u>
Total	<u>(67.874)</u>	<u>(64.238)</u>

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	18.011	8.917
Descontos obtidos	191	61
Subtotal - receitas financeiras	<u>18.202</u>	<u>8.978</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.476)	(719)
Descontos concedidos	(9)	(209)
Comissões e despesas bancárias	(244)	(160)
Deságios em operações	(127)	-
Juros pagos e incorridos	(5)	(48)
Subtotal – despesas financeiras	<u>(1.861)</u>	<u>(1.136)</u>
Despesa de variação cambial, líquida (*)	(85)	(36)
Resultado financeiro, líquido	<u>16.256</u>	<u>7.806</u>

(*) Refere-se à variação cambial apurada no recebimento de doações em moeda estrangeira e pelo fechamento de câmbio para aquisição de bens e materiais importados.

22. DESPESAS DE ATIVIDADES BENEFICENTES

Com suporte em seus objetivos estatutários, a Entidade promove ações em benefício dos pacientes, promovendo acolhimento com atenção especial aos mais acometidos. Programas voltados a minimizar o grau de vulnerabilidade e adoecimento são praticados de forma contínua e gratuita pela Entidade.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Entidade incorreu em despesas com as atividades humanitárias desenvolvidas em benefício dos pacientes, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ajuda de custo ao paciente	(106)	(37)
Despesas com atendimentos gratuitos	(43)	(26)
Serviços artísticos e musicais	(9)	(9)
Despesas - Outubro Rosa	(260)	(2)
Eventos	(29)	(169)
Despesas de materiais	(393)	(388)
Cursos e treinamentos	(197)	(188)
Outras despesas	(156)	(546)
	<u>(1.193)</u>	<u>(1.365)</u>

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cantina	340	743
Estacionamento	1.303	1.767
Bazar	720	555
Eventos especiais	-	119
Doações de materiais	12	-
Mensalidades	177	111
Receita selo empresa	30	42
Receita PIC PAY	-	48
Receita Nota Premiada	80	92
Receitas diversas	2.662	3.477
Recuperação de despesas	3.530	3.734
Receita Funerária	183	110
Receita Centro Pesquisa Clínica	3.811	3.127
Integralização SICOOB	-	3
Outras Receitas	1.124	733
Outras Receitas	8.648	7.707
Subtotal - Outras receitas operacionais	<u>11.310</u>	<u>11.184</u>
Água e Esgoto	(1.448)	(1.627)
Energia Elétrica	(4.718)	(4.291)
Telefone/Internet	(64)	(63)
Transporte	(267)	(182)
Locações Gerais	(1.380)	(1.070)
Contingências	(2.529)	(408)
Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber	(4.815)	(1.114)
Provisão para programa de desempenho de funcionários	(3.605)	-
Despesas Gerais	(2.238)	(2.419)
Subtotal - Outras despesas operacionais	<u>(21.064)</u>	<u>(11.174)</u>
Total - Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(9.754)</u>	<u>10</u>

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

Como política de gestão de ativos financeiros, a Entidade busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada aos riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (risco de taxa de juros).

Os principais instrumentos financeiros da Entidade estão apresentados a seguir:

Classificação	Valor contábil		Valor justo		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	60.903	97.065	60.903	97.065
Aplicações financeiras	Custo amortizado	117.588	-	117.588	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	65.240	48.511	65.240	48.511
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	9.678	12.122	9.678	12.122
Serviços médicos a pagar	Custo amortizado	6.615	3.562	6.615	3.562
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	10.572	13.098	10.572	13.098

A Entidade não possui contratos a termo, opções, “swaptions”, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e derivativos “exóticos”. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando dessa forma seu compromisso com uma política conservadora de gestão de caixa.

A Administração acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não diferem significativamente das taxas de mercado.

Adicionalmente, os montantes das contas a receber de clientes e de fornecedores e serviços médicos a pagar divulgados nestas demonstrações financeiras não diferem significativamente dos seus respectivos valores justos devido ao fato de o giro dessas contas ser de, aproximadamente, de 40 a 45 dias.

25.2. Gestão dos riscos financeiros

A Entidade está exposta aos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a exposição da Entidade à insuficiência de recursos de alta liquidez para cumprir com suas obrigações financeiras, devido ao descasamento de prazos ou volume nos fluxos de caixa estimados da Entidade.

O risco de liquidez é gerenciado por meio da manutenção de reservas adequadas, efetuando o contínuo monitoramento dos fluxos de caixa real e projetado e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. As fontes de recursos da Entidade consistem, substancialmente, da prestação de serviços médicos e demais recursos financeiros que podem ser obtidos, por exemplo, por meio de doações/subvenções.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFEC - Hospital Santa Rita de Cássia

A tabela a seguir detalha a análise de liquidez da Entidade para seus passivos financeiros. A tabela foi elaborada com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados para os instrumentos financeiros. Quando o montante a pagar não é fixado, o montante divulgado foi determinado por meio da projeção de taxas de juros conforme a curva de remuneração destas taxas ao fim do exercício:

Ano	Fornecedores	Serviços médicos a pagar	Empréstimos e financiamentos	Total
2024	9.678	6.615	5.561	21.854
2025 ou depois	-	-	5.011	5.011
Total	9.678	6.615	10.572	26.865

b) Risco de crédito

O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento das obrigações contratuais por uma contraparte, resultando em perdas financeiras para a Entidade. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Entidade à concentração do risco de crédito são primariamente: o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber de clientes. A prática da Entidade é depositar o caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em ativos financeiros com níveis de classificação de crédito ("rating") considerados adequados pela Administração. A Entidade limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos das contas expostas ao risco de crédito são apresentados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	60.903	97.065
Aplicações financeiras (Nota 5)	117.588	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	65.240	48.511
	243.731	145.576

c) Risco de taxa de juros

As aplicações financeiras da Entidade estão vinculadas a um percentual da variação do CDI, pós-fixado, estando, portanto, atreladas ao risco de mercado correspondente.

A análise de sensibilidade a seguir foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos na data do balanço.

- Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI

A expectativa de mercado indicava uma taxa estimada do CDI em 10,03% (Fonte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), cenário provável para o ano de 2024, ante a taxa efetiva de 13,04%, que corresponde ao CDI acumulado em 2023.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFEC - Hospital Santa Rita de Cássia

A Administração efetuou a análise de sensibilidade para os ativos indexados à taxa do CDI, conforme demonstrado a seguir:

Operação	Cenário provável
Taxa efetiva anual do CDI - 31/12/2023	13,04%
Aplicações financeiras (Notas 5.1/5.2)	117.588
Taxa anual estimada do CDI (cenário provável)	10,03%
Efeito anual no Resultado/Patrimônio Líquido: Aumento/(Redução)	(3.539)

d) Risco de gerenciamento de capital

A política da Entidade tem por objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Entidade não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

e) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Entidade procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros utilizando técnicas usuais de precificação de mercado, as quais envolvem julgamento. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração baseou-se nas seguintes premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do insignificante risco de mudança de valor, tem valores justos similares aos saldos contábeis.
- Aplicações financeiras: Os saldos de aplicações financeiras, em face de sua liquidez imediata e do insignificante risco de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis.
- Empréstimos e financiamentos: A Administração da Entidade entende que os valores justos se aproximam dos saldos contábeis, considerando as condições comerciais acordadas entre as partes.
- Contas a receber de clientes e fornecedores (terceiros): Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Entidade entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. Adicionalmente, os montantes das contas a receber de clientes e fornecedores divulgados nestas demonstrações financeiras não diferem significativamente dos seus respectivos valores justos devido ao fato do giro dessas contas ser de, aproximadamente, 40 a 45 dias.

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AF ECC – Hospital Santa Rita de Cássia

25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Entidade apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Vigência		Montante da cobertura	
		De	Até	31/12/2023	31/12/2022
Prédio e instalações - Sede	Incêndio	13/02/2023	13/02/2024 (*)	38.000	39.000
Prédio e instalações - Sede	Diversos	13/02/2023	13/02/2024 (*)	4.000	2.000
Galpão de armazenagem	Incêndio, raios e explosões de qualquer natureza	17/03/2023	17/03/2024 (*)	15.000	-
Galpão de armazenagem	Danos elétricos	17/03/2023	17/03/2024 (*)	215	-
Casa Rosa	Incêndio, raios e explosões de qualquer natureza	29/12/2023	29/12/2024	1.280	-
Equipamentos de ressonância magnética	Incêndio, raios e explosões de qualquer natureza	27/03/2023	27/03/2024 (*)	5.900	-

(*) Apólices de seguro renovadas por um período adicional de 12 (doze) meses, a partir da data de encerramento da vigência da apólice de seguro.

26. SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

A Entidade mensura e reconhece os trabalhos voluntários pelo valor justo da prestação de serviços como se tivesse efetivamente incorrido no desembolso financeiro. As receitas correspondentes aos trabalhos voluntários foram reconhecidas na rubrica “Receitas de Trabalhos Voluntários”, e as correspondentes despesas foram reconhecidas na rubrica de “Despesas de Trabalhos Voluntários”.

Os custos atribuídos aos trabalhos voluntários identificados nos exercícios de 2023 e de 2022, foram calculados de acordo com a quantidade de horas de voluntariado, tendo como base de remuneração proporcional o valor do salário-mínimo vigente no mesmo ano.

Considerando que o reconhecimento dos valores mensurados a título de receita de trabalhos voluntários, tem o mesmo valor das despesas de trabalhos voluntários, e foram todas apropriadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o procedimento não implicou em alteração no superávit dos referidos exercícios.

Os serviços voluntários identificados pela Administração como tendo sido prestados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, bem como seus valores justos, são como seguem:

Despesas com voluntariado	2023	2022
Serviços profissionais	90	68
Total	90	68

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFEC - Hospital Santa Rita de Cássia

27. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao item 27, letra "c" (relação dos tributos objeto de renúncia fiscal) da NBC ITG 2002 (R1) e ao Art. 30 da Portaria MS nº 834/2016, a seguir estão demonstrados os valores relativos às isenções usufruídas pela Entidade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, como se devidos fossem.

Para tanto, foram considerados os seguintes impostos e contribuições e suas respectivas alíquotas, incidentes sobre (i) a receita (PIS/COFINS – alíquota combinada de 3,65% - regime cumulativo, deduzido do PIS calculado à alíquota de 1% sobre a folha de pagamentos, recolhido no exercício); e (ii) o superávit do exercício (CSLL – alíquota efetiva de 9%).

Ressalta-se que se trata de uma estimativa de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, devido à sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

A renúncia fiscal usufruída pela Entidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, nos montantes de R\$41.142 e de R\$26.772, aplicada no superávit dos exercícios, está demonstrada a seguir:

- a) CSLL: R\$8.548 em 2023 (R\$1.724 em 2022)
- b) PIS: R\$1.767 em 2023 (R\$1.162 em 2022)
- c) COFINS: R\$10.997 em 2023 (R\$7.687 em 2022)
- d) INSS quota patronal: R\$19.830 em 2023 (R\$16.199 em 2022)

a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	2023	2022
Superávit do exercício	94.980	19.157
CSSL à alíquota de 9%	(8.548)	(1.724)
Total da CSLL	{1} (8.548)	(1.724)

b)/c) PIS e COFINS

	2023	2022
Receita operacionais (serviços prestados)	276.350	229.835
Receitas financeiras (Nota 21)	18.202	8.978
Outras receitas operacionais	71.993	17.412
Base de cálculo do PIS e da COFINS	366.545	256.225
PIS - 0,65%	(2.383)	(1.665)
COFINS - 3,00%	(10.997)	(7.687)
	(13.380)	(9.352)
PIS sobre folha de pagamento - 1%	616	503
Total do PIS e da COFINS	{2} (12.764)	(8.849)

Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer - AFECC – Hospital Santa Rita de Cássia

Renúncia Fiscal

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Renúncia fiscal CSLL	{1} (8.548)	(1.724)
Renúncia fiscal PIS/COFINS	{2} (12.764)	(8.849)
Total da renúncia fiscal	<u>(21.312)</u>	<u>(10.573)</u>

28. ATENDIMENTO AO SUS – PORTARIA MS Nº 834/2016

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Entidade cumpriu os requisitos relacionados ao CEBAS-SAÚDE, conforme exigidos pela Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 8.242/2014 e Portaria MS nº 834/2016, com a disponibilização e prestação de serviços ao SUS na ordem de mais de 60% de suas internações hospitalares e mais de 60% de seus atendimentos ambulatoriais aferidos nos sistemas de informação regulamentados pelo Ministério da Saúde.

29. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Entidade em 15 de abril de 2024.

Marilucia Silva Dalla
Presidente da AFECC

Franco P. Caires de Medeiros
Diretor Adm. Financeiro

Flavio Boldrini Mulinari
Contador – 017857 CRC/ES

ASSOCIAÇÃO FEMININA DE EDUCAÇÃO E COMBATE AO CÂNCER - AF ECC

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA AF ECC SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023**

O Conselho Fiscal no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, declara ter examinado as demonstrações financeiras e o Relatório com parecer sem ressalva, dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativos ao exercício de 2023, compreendendo: o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023; demonstrações do resultado do exercício; demonstrações do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração do fluxo de caixa para o exercício de 2023; e notas explicativas às demonstrações contábeis, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, e não identificamos nenhuma irregularidade em relação ao atendimento das normas e leis regulamentares .

Dessa forma o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração, Diretoria da AF ECC e pela Assembleia Geral da AF ECC.

Vitória, 16 de abril de 2024.


Gustavo Lobo V. da Silva


Getúlio Tedesco


João Angelo Baptista